

Processo: **041.327/2018-7**  
 Natureza: TCE  
 Assunto: Saneamento de comunicação.

1. Trata-se de saneamento de comunicação, conforme o quadro abaixo:

Item	Responsável	Histórico			Observação	
1.1	Aloisio Silva Junior, falecido	Responsáveis solidários?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	Peças 67 e 92.
		Pesquisa de endereço				
		Procurador?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	-
		Responsável?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	Peça 71.
		Espólio ou sucessor?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	-
		Representante legal da empresa?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	-
		<b>Acórdão - comunicações</b>				
		<b>Acórdão 8865/2019-1C – condenatório (peça 67).</b> Notificação de dívida: peças 75 e 82.				
		<b>Acórdão 2126/2020-1C (peça 92).</b> Retificação, por inexactidão material, do subitem 9.3 do Acórdão 8865/2019-1C. <b>Notificação simples: AR negativo: peças 96 e 99 (falecido).</b>				
		Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	-
		Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	-
		Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input checked="" type="checkbox"/>	-
		<b>Responsável falecido</b>				

			<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Certidão de óbito à peça 103. <b>Faltaram informações do espólio ou sucessores.</b>
		Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Resposta negativa à peça 102.
		Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
		Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	TJ: 9/11/2019. Óbito: 20/11/19.
		Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Análise</b>						
<p><b>i)</b> diligenciar ao(s) Cartório(s) de Nota(s) da Comarca de Belo Horizonte/MG, para que, no prazo de quinze dias, informem ao Tribunal: <b>a)</b> se há registro de instauração do inventário ou do arrolamento de bens do falecido <b>Aloisio Silva Junior (CPF: 647.332.036-91)</b>, e, em caso positivo, encaminhe(m) a completa qualificação do inventariante do espólio; ou <b>b)</b> se há registro da partilha de bens da <i>de cujus</i>, e, em caso positivo, remeta(m) cópia do processo e a qualificação completa dos sucessores;</p> <p><b>ii)</b> diligenciar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para que, no prazo de quinze dias, informe ao Tribunal se há registro de benefício previdenciário tendo como instituidor <b>Aloisio Silva Junior (CPF: 647.332.036-91)</b>, e, em caso positivo, encaminhe relação detalhada dos tipos, valores e datas das concessões desses benefícios, bem como dos nomes, CPF e endereços dos beneficiários;</p> <p><b>iii)</b> caso sejam positivas as diligências acima, notificar (mera ciência) o espólio (adm. provisório ou inventariante) ou sucessores do Acórdão 2126/2020-1C; caso negativas, notificar (mera ciência) o sucessor João Francisco Meirelles Silva (peça 103, p. 3) do referido acórdão;</p> <p><b>iv)</b> por fim, tramitar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>						

Item	Responsável	Histórico	Sim	Não	NA	Observação
1.2	Centro de Produção	Responsáveis solidários?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Peças 67 e 92.

Cultural Catibrum Teatro de Bonecos	<b>Pesquisa de endereço</b>				
	Procurador?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	-
	Responsável?	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	Peça 72.
	Espólio ou sucessor?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	-
	Representante legal da empresa?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	-
	<b>Acórdão - comunicações</b>				
	<b>Acórdão 8865/2019-1C – condenatório (peça 67).</b> Notificação de dívida: peças 76 e 81.				
	<b>Acórdão 2126/2020-1C (peça 92).</b> Retificação, por inexatidão material, do subitem 9.3 do Acórdão 8865/2019-1C. <b>Notificação simples: AR negativo: peças 95 e 98 (rep. legal falecido).</b>				
	Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	-
	Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	-
	<b>Responsável falecido</b>				
	Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
Caso o responsável tenha falecido antes do	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-	

		trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Análise</b>						
<p><b>i)</b> considerando que a entidade responsável continua ativa e no mesmo endereço registrado na RFB (peça 72); que o seu presidente à época dos fatos é falecido (peças 101 e 103), <b>notificá-la (mera ciência) do Acórdão 2126/2020-1C, desta feita por meio sua diretora, Adriana Maria Focas Meirelles (peça 72);</b></p> <p><b>ii)</b> por fim, tramitar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>						

## 2. Proposta de encaminhamento:

2.1. Pelo exposto, submetem-se os autos à consideração do Sr. Diretor da Dicom/Seproc, propondo-se:

### 2.1.1. Com relação a Aloisio Silva Junior, falecido, considerando a análise do subitem 1.1 acima:

**i)** diligenciar ao(s) Cartório(s) de Nota(s) da Comarca de Belo Horizonte/MG, para que, no prazo de quinze dias, informem ao Tribunal: **a)** se há registro de instauração do inventário ou do arrolamento de bens do falecido **Aloisio Silva Junior (CPF: 647.332.036-91)**, e, em caso positivo, encaminhe(m) a completa qualificação do inventariante do espólio; ou **b)** se há registro da partilha de bens da *de cuius*, e, em caso positivo, remeta(m) cópia do processo e a qualificação completa dos sucessores;

**ii)** diligenciar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para que, no prazo de quinze dias, informe ao Tribunal se há registro de benefício previdenciário tendo como instituidor **Aloisio Silva Junior (CPF: 647.332.036-91)**, e, em caso positivo, encaminhe relação detalhada dos tipos, valores e datas das concessões desses benefícios, bem como dos nomes, CPF e endereços dos beneficiários;

**iii)** caso sejam positivas as diligências acima, notificar (mera ciência) o espólio (adm. provisório ou inventariante) ou sucessores do Acórdão 2126/2020-1C; caso negativas, notificar (mera ciência) o sucessor João Francisco Meirelles Silva (peça 103, p. 3) do referido acórdão;

**iv)** por fim, tramitar os autos ao Secef e ao Scbex para providências;

### 2.1.2. Com referência ao Centro de Produção Cultural Catibrum Teatro de Bonecos, considerando a análise do subitem 1.2 supra:

**i)** considerando que a entidade responsável continua ativa e no mesmo endereço registrado na RFB (peça 72); que o seu presidente à época dos fatos é falecido (peças 101 e 103), **notificá-la (mera ciência) do Acórdão 2126/2020-1C, desta feita por meio sua diretora, Adriana Maria Focas Meirelles (peça 72);**

**ii)** por fim, tramitar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.

Secomp-2/Dicom/Seproc, datado e assinado eletronicamente.

ANTONIO JOSÉ BEZERRA DE LIMA  
TEFC – Matrícula 3787-7